

Enunciados inferenciais e estrutura gramatical na interlíngua de surdos aprendizes de português L2

Inferential utterances and grammatical structure in the interlanguage of deaf learners of Portuguese L2

HELOISA MARIA MOREIRA LIMA-SALLES

Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF. E-mail: hsalles@unb.br

ALINE CAMILLA ROMÃO MESQUITA

Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF; Ministério da Educação. alinecrmesquita@gmail.com

ROSANA CIPRIANO JACINTO DA SILVA

Universidade do Porto – UP, Porto, Portugal; Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, DF. E-mail: rosanacsj@gmail.com

RESUMO

O estudo examina a interlíngua de surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua (L1), e português como segunda língua (L2), considerando, em particular a ocorrência de enunciados inferenciais e de propriedades gramaticais da língua-alvo. Assumindo os pressupostos da Teoria da Relevância, demonstra-se que os enunciados apresentam conclusões triviais e não-triviais, apontando para o sucesso da metodologia de ensino, e que o argumento beneficiário pode ser realizado, seja na estrutura do sintagma preposicional, como exigido pela língua-alvo (embora a escolha da preposição possa não ser convergente), seja em

ABSTRACT

The study examines the properties of the interlanguage of deaf learners using Língua Brasileira de Sinais as first language and Portuguese as second language, considering, in particular, the occurrence of inferential utterances and the use of grammatical properties of the target language. Assuming the tenets of Relevance Theory, it is shown that the utterances display both trivial and non-trivial conclusions, pointing to the success of the teaching methodology, and that the beneficiary argument may be realized either within the prepositional phrase, as required in the target language (although the choice of the preposition may be not convergent), or in a configuration with-

uma configuração sem a preposição, o que permite uma correlação com os chamados verbos de concordância em Libras, corroborando a hipótese do desenvolvimento linguístico, sendo Libras o estado inicial.

out the preposition, which allows for a correlation with the so-called agreeing verbs of Libras, further corroborating the hypothesis of language development, Libras being the initial state.

PALAVRAS-CHAVE

Interlíngua. Enunciados inferenciais. Dativo. Preposição.

KEY WORDS

Interlanguage. Inferential utterances. Dative. Preposition.

INTRODUÇÃO

A situação linguística dos surdos tem sido amplamente investigada, cabendo destacar o entendimento de que sua educação deve adotar práticas bilíngues, em que a língua de sinais é a primeira língua (L1), e a língua oral (na modalidade escrita) a segunda língua (L2), uma vez que a língua de sinais, realizada na modalidade visual-espacial, é a modalidade adequada à situação perceptual do surdo. Diante disso, e conforme amplamente reconhecido na literatura, assume-se que o surdo, particularmente em situação escolar, é um indivíduo naturalmente bilíngue.

Nesse sentido, é igualmente essencial entender o conceito de bilinguismo na perspectiva do bilinguismo social, que tem como referência o entendimento de que existem tipos distintos de bilinguismos, cabendo qualificar as situações em que ocorre. No caso dos surdos, são relevantes variáveis como a idade de exposição à língua de sinais, que se articula com a situação linguística dos familiares (pais surdos/ ouvintes; conhecimento da língua de sinais pela família), o tipo de surdez (congenita ou adquirida), o grau da surdez (profunda, severa, moderada), por um lado, e o tipo de acesso à língua oral-auditiva (oralização e/ou letramento) (cf. FERNANDES, 2003).

No presente estudo, investiga-se o bilinguismo de surdos, considerando-se, particularmente, a interlíngua dos aprendizes surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) (L1), na aquisição de português (escrito) como L2. O conceito de interlíngua é originalmente formulado no âmbito dos estudos do ensino/aprendizagem da língua estrangeira (LE)/segunda língua (L2), a fim de caracterizar o desempenho do aprendiz no uso da língua-alvo. Desse ponto de vista, e assumindo-se a hipótese da gramática universal

(GU), conforme formulada na abordagem gerativista (cf. CHOMSKY, 1986; 1995), investigamos a interlíngua do surdo na aquisição de português (escrito) como L2, considerando particularmente o uso do raciocínio inferencial na produção de textos escritos produzidos em contexto educacional, bem como a hipótese de que a interlíngua desenvolve-se em direção à língua-alvo, por operações de reanálise das propriedades gramaticais, sendo a L1 considerada o estado mental inicial (WHITE, 1989; 2003).

Em relação à análise do conteúdo, tomamos como referência o uso do raciocínio inferencial, na formulação de conclusões triviais e não-triviais, tal como definido no âmbito da Teoria da Relevância, em Sperber e Wilson (1986/1995). Propomos ainda que as informações que modificam (e melhoram) a representação global do mundo, definidas pela articulação de conclusões triviais em oposição às não-triviais, apresentam correlatos estruturais, considerados, neste trabalho, em termos da manifestação de categorias formais da gramática da língua-alvo. Em particular, examinamos a expressão da categoria dativo, responsável por introduzir o argumento interpretado como ‘beneficiário’ em um evento – seja como alvo de uma transferência (material/psicológica), seja como afetado pelo estado de coisas descrito, com implicações para a descrição e para o conhecimento do mundo.

A discussão será desenvolvida como a seguir: na seção 1, intitulada ‘Contextualização e metodologia’, apresentamos o contexto educacional em que foram coletados os dados, ressaltando a intrínseca relação entre o projeto educacional e a proposta de produção textual; na seção 2, intitulada ‘Teoria da Relevância como ferramenta educacional’, apresentamos as bases teóricas em que se desenvolve a análise dos enunciados produzidos, considerados do ponto de vista do uso do raciocínio inferencial; na seção 3, intitulada ‘Complexidade estrutural e a expressão do dativo’, são examinadas as estruturas em que ocorrem os argumentos definidos como beneficiários, buscando-se avançar na investigação da hipótese do desenvolvimento linguístico e da L1 como o estado mental inicial; na subseção 3.1, ‘A expressão do dativo na interlíngua’, são examinadas as construções realizadas por estudantes surdos, com o intuito de identificar como é realizada a categoria beneficiário na interlíngua; na seção 4, apresentamos as considerações finais.

1. Contextualização e metodologia

A produção textual em ambiente educacional tem sido um desafio para educadores e estudantes. Não menos importante tem sido esse tema para os gestores educacionais e para pesquisadores, interessados todos em promover

o desenvolvimento acadêmico do educando. No caso dos surdos, muitos são os desafios, e o tratamento das questões que suscitam estão amplamente discutidas na literatura, sobressaindo-se a ênfase nas práticas educacionais bilíngues – conforme referido anteriormente. Não podemos nos deter aqui na discussão dos inúmeros estudos desenvolvidos, especialmente a partir da década de 90, quando da publicação, em 1995, do seminal estudo de Lucinda Ferreira Brito, *Por uma gramática da Língua de Sinais Brasileira*, que passou a ser um parâmetro para os estudos surdos, ao oferecer a base para os estudos linguísticos, a que se agrega a contribuição do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), pelo pioneirismo e compromisso permanente com a questão educacional.

O projeto reportado neste trabalho está formulado no âmbito de um projeto de pesquisa multidisciplinar e interdisciplinar, em que se investiga a representação de relações de causalidade na formulação de conceitos científicos, considerando-se, por um lado, o uso do ‘raciocínio qualitativo’, na análise e interpretação de relações de ‘causa e efeito’ inerentes aos fenômenos naturais (biológicos e ecológicos), com a adoção de parâmetros qualitativos no tratamento de quantidades implicadas na causação (cf. FORBUS, 1984), e o uso do ‘raciocínio inferencial’, aplicado à formação de conceitos e à descrição do mundo. Nesse sentido, o estudo propõe-se a investigar os enunciados escritos, produzidos em português (L2), por estudantes surdos em situação educacional, em que o conteúdo é avaliado pelo pressuposto de que a relevância é uma propriedade observável, em que se verifica a melhoria da representação do mundo na solução de uma situação-problema, por exemplo (cf. SPERBER; WILSON, 1986/1995).²

O projeto educacional desenvolvido no ambiente escolar tem como tema transversal a questão do ‘Desmatamento’. A escolha do tema se justifica por sua relevância para a discussão não só dos fenômenos biológicos, considerados do ponto de vista dos organismos vivos, da ecologia de populações, da biodiversidade, como também por seu impacto para as relações sociais e econômicas, para as mudanças climáticas, entre outros aspectos discutidos na

² Por questão de espaço, não vamos nos deter na caracterização dos modelos qualitativos de simulação de fenômenos naturais, no âmbito de técnicas da inteligência artificial, conforme desenvolvidos em Forbus (1984) e aplicados na discussão do fenômeno do ‘desmatamento’, abordado do ponto de vista do ensino de conceitos de biologia. Remetemos o leitor a Alves (2015) para a análise do evento ‘Aula de Biologia’. Veja-se também Lima-Salles et al. (2004); Lima-Salles et al. (2007) para estudos prévios nessa mesma abordagem. As questões relativas às aplicações da Teoria da Relevância serão detalhadas na seção 3.

atualidade. O projeto foi realizado no âmbito da Escola Bilíngue Língua de Sinais – Português, de Ensino Médio, situada em Taguatinga, no Distrito Federal, com a participação de 12 estudantes surdos (profundos), usuários proficientes de Libras.³

As atividades educacionais dividiram-se em duas etapas principais, com a participação de uma equipe assim constituída: um professor de biologia e duas professoras de língua portuguesa. No primeiro evento, a atividade contou com a exposição, em Libras (pelo professor de biologia), de conceitos básicos relativos ao tema, mediante o uso de um texto escrito, bem como de imagens contextualizadoras. Foi aplicado um pré-teste, assim concebido para atender aos propósitos da avaliação do uso de modelos qualitativos no ensino de biologia, considerando-se particularmente a representação das relações de causalidade presentes na caracterização do fenômeno em estudo. Seguiu-se a aplicação de uma atividade para eliciar a produção textual, com ênfase nas estruturas preposicionadas em português, por meio de instrumentos semi-estruturados e de produção textual espontânea, a fim de atender aos propósitos da análise da interlíngua (IL). No segundo evento, realizado 15 dias depois, o tema foi retomado, em condições idênticas no que se refere à participação da equipe técnica, sendo aplicadas as técnicas do raciocínio qualitativo, a que se seguiu a aplicação do chamado pós-teste, que permitiu a análise da eficácia dos modelos qualitativos. Tendo em vista a contextualização propiciada pela aula de biologia, foi proposto um instrumento eliciador da interlíngua, com formato semi-estruturado e de produção textual espontânea, a fim de verificar o uso de estruturas preposicionadas, na realização do argumento beneficiário/ dativo.⁴

2. A Teoria da Relevância como ferramenta educacional

³ Agradecemos aos estudantes surdos participantes do evento educacional, bem como à direção da Escola Bilíngue Língua de Sinais Brasileira-Português de Taguatinga, DF, pela acolhida. Agradecemos também ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, pelo apoio na criação do Laboratório de Pedagogia Visual da UnB.

⁴ Os resultados da pesquisa voltada para a adoção de técnicas da inteligência artificial e do uso educacional dos modelos qualitativos no ensino de biologia estão reportados em Alves (2015). Os detalhes desse estudo fogem ao escopo deste trabalho, mas é indispensável destacar a atuação conjunta das equipes em vários momentos, bem como o espírito de cooperação, o que vem confirmar a possibilidade de desenvolver estudos na interface proporcionada pela realização conjunta dos trabalhos.

A utilização da Teoria da Relevância (TR) como ferramenta no desenvolvimento de técnicas de ensino baseia-se no pressuposto de que é possível aferir a compreensão de estudantes em relação aos enunciados linguísticos a respeito de temas ministrados em contexto educacional. Para tanto, foi investigada a produção de conclusões triviais, em oposição à produção de conclusões não-triviais, conforme definidas no âmbito da TR (SPERBER; WILSON, 1986/1995; 2005). De acordo com essa abordagem, a informação que melhora a representação global do mundo – ou que produz um efeito cognitivo positivo – é aquela deduzida do estoque de pressupostos existentes ou factuais em articulação com o *input* novo recebido, que pode ser um enunciado verbal, uma lembrança, um sinal, gerando a resposta a um problema, a correção de uma impressão errada, a ampliação do conhecimento.

O presente estudo orienta-se, portanto, para a investigação da expressão linguística do raciocínio inferencial na formulação de conclusões a respeito de relações de causa e efeito presentes nos fenômenos biológicos discutidos no contexto educacional, mediante o exame do conteúdo proposicional dos enunciados produzidos em português escrito, considerados dados de interlíngua. A TR toma como referência o modelo de Grice (1975), segundo o qual os falantes seguem as chamadas ‘máximas da conversação’, referidas como *qualidade* (verdade), *quantidade* (informação), *modo* (clareza), *relação* (relevância), que podem ser obedecidas ou violadas, deliberadamente ou não, com implicações para o sucesso da comunicação.

No entanto, a TR questiona o papel das escolhas do falante na violação de tais premissas, propondo que a busca da relevância é uma característica básica e inata da cognição humana. Considerado como um dos programas de pesquisa mais influentes das últimas décadas sobre a interface comunicação/cognição, a TR apresenta uma abordagem inferencial centrada na cognição humana, como alternativa aos modelos anteriores baseados na (de)codificação linguística. Define-se, portanto, como uma abordagem pragmático-cognitiva, que toma por base uma característica inerente à cognição humana, tomada como pressuposto: nossa compreensão direciona-se às informações que nos parecem relevantes.

A afirmação central da TR é a de que expectativas de relevância são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado, apresentando-se em conteúdos explícitos que podem ser avaliados por condições de verdade, o que permite fazer uma abordagem objetiva da compreensão dos enunciados. A informação relevante é aquela que modifica ou melhora a representação global do mundo. O termo relevância é utilizado pelos autores em função da possibilidade de se obter um efeito cognitivo posi-

tivo com o menor esforço de processamento – este último definido como uma relação de equilíbrio entre o custo mental despendido e os efeitos cognitivo-contextuais alcançados ao ser processada uma informação (cf. SPERBER; WILSON, 1986/1995).

Nesse sentido, a abordagem fundamenta-se em dois princípios: o princípio cognitivo, segundo o qual a comunicação humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância, e o princípio comunicativo, segundo o qual o estímulo ostensivo (definido como um estímulo gerado por uma intenção informativa e comunicativa) comunica a presunção de sua própria relevância ótima. Conforme Sperber e Wilson (1986/1995, 2005), o estímulo é relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento da audiência se é o mais relevante entre os estímulos disponíveis, pois é compatível com as habilidades e preferências do comunicador, e gera mais conclusões válidas. Nesse sentido, os autores propõem a existência de duas propriedades da comunicação humana, de ser ostensiva e de ser inferencial (o que permite estabelecer uma relação de proporcionalidade entre os efeitos contextuais e o esforço de processamento que resulta em diferentes graus de relevância).

O ouvinte/leitor, no processo interpretativo, necessita recuperar elementos implícitos, construindo inferências ao estabelecer, por meio de habilidades cognitivas e perceptuais, relações entre o texto e o seu conhecimento de mundo, com o objetivo de preencher lacunas não explicitadas, numa atividade exploratória textual que pode efetivamente levá-lo a compreender aquilo que ouve ou lê. Esse acontecimento ocorre porque os seres humanos automaticamente visam, de forma consciente ou não, ao processamento de informação da maneira mais eficiente possível para a interação humana. Essa característica cognitiva também se estende ao comunicador, quando produz seu texto de forma ostensiva e intencional, pois, segundo os autores da TR,

[a] tendência cognitiva universal para maximizar a relevância torna possível (em alguma medida) prever e manipular estados mentais dos outros. Conhecendo sua tendência em escolher os inputs mais relevantes e Processá-los de modo a maximizar a relevância, é possível produzir um estímulo que provavelmente atraia sua atenção, ative um apropriado conjunto de suposições contextuais e aponte na direção de uma conclusão pretendida (WILSON; SPERBER, 2004, p. 671).

Silveira (2008), ao assumir o Princípio de Relevância, conforme postulado por Sperber e Wilson, ressalta seu potencial para explicar de que forma, entre tantas interpretações pragmáticas compatíveis e possíveis com a

decodificação linguística de um enunciado, uma delas é selecionada no processo da compreensão. Tendo em vista o caráter inato dos processos inferenciais, é possível explicar a universalidade de sua manifestação como fenômeno da cognição humana, comandando o comportamento ostensivo e intencional do comunicador, e possibilitando, pela seleção das suposições e do contexto para a interpretação, que o destinatário chegue à informação pretendida, com o mínimo de custo possível. Ou seja, a relevância é expressa na razão direta dos efeitos cognitivos/ contextuais alcançados; e na razão inversa do esforço de processamento exigido.

A interpretação de um enunciado será resultado do processamento de informações novas em confronto com informações antigas, que constituem o ambiente cognitivo. No decorrer do processamento de um enunciado, o contexto vai se formando, a partir de um contexto inicial. Processos inferenciais integram o estoque de pressupostos existentes (conjunto estruturado de conceitos, a que se aplicam regras dedutivas) a novos pressupostos factuais, obtidos como descrições reais do mundo, adquiridas por meio de fontes como percepções, decodificação linguística, pressuposições e deduções. Determinadas informações no texto disparam o processo inferencial que levará o interlocutor a encontrar, entre as inúmeras informações constantes em seu ambiente cognitivo, aquela que lhe dará o maior número de efeitos contextuais com o menor esforço de processamento (cf. Sperber: Wilson, 1995:86).

Estudos prévios, como Lima-Salles et al. 2004 e Lima-Salles (2007), recorrem à abordagem da TR no sentido de testar se conceitos científicos formulados por meio dos modelos qualitativos no processo de ensino e aprendizagem (informação ostensiva) promovem a ampliação e/ou melhoria na representação do mundo. Para tanto, assumem que conclusões triviais indicam ausência de modificação na representação do mundo, manifestando-se como informação adicionada, enquanto as conclusões não-triviais, derivadas do mecanismo dedutivo, resultam da relação inferencial entre o *input* recebido e as informações conhecidas e armazenadas na memória enciclopédica do receptor, manifestando-se como uma conclusão baseada na subtração ou substituição, por dedução, de uma informação, que produz a alteração nas crenças anteriores do receptor, modificando e melhorando a representação do mundo.

Após a análise de ambas as variáveis, depreende-se a incidência relativa entre o número de conclusões não-triviais e de conclusões triviais. No presente estudo, são examinados os enunciados formulados como resposta à pergunta: *Por que o desmatamento prejudica os povos da floresta? Apresente pelo menos 3 (três) motivos/razões.*

Conclusões triviais são demonstradas de (1) a (5), com enunciados extraídos dos dados examinados:

- (1) Se ele não tá cuidando com as árvores. (EK, 3)
- (2) As pessoas cuidado cerrado a mata, precisa proteger cerrado a mata. (AS, 3)
- (3) Chuva muito a caiu floresta (...) (AL, 3)
- (4) Poluição dos rios. (FL, 3)
- (5) Os índios conseguem viver florestas e cuidar. (JS, 3)

Os enunciados de (1) a (5) não respondem à pergunta do teste quanto aos motivos pelos quais o desmatamento prejudica os povos da floresta e, portanto, são tomados como informação que integram o conhecimento do mundo, no processo de ensino e aprendizagem, mas não o modificam, do ponto de vista da pergunta formulada, que relaciona o problema do ‘desmatamento’ aos povos da floresta. Nesse sentido, os enunciados de (1) a (5) apresentados como respostas revelam o repertório factual estocado pelo estudante – que pode ter sido obtido no evento educacional em que o tema do desmatamento foi abordado ou em experiências prévias –, mas não são conclusões válidas, na resolução do problema colocado pela pergunta.

Os enunciados de (6) a (10), a seguir, são considerados conclusões não-triviais:

- (6) Vai ter o problema com as árvores, pode acontecer a enchente. (EK, 3)
- (7) (...) pessoas muito o mortes. (AL, 3)
- (8) Floresta vai sumir comida, perde alimento e fruta. (TG, 3)
- (9) Animais muito biodiversidade, fazem produtos medicamentos. (AS, 3)
- (10) Só tem biodiversidade, alimentos, e remédios feito das plantas se tem muitas florestas. (K, 3)

Em (6) a (10), os enunciados descrevem as relações causais do desmatamento das florestas. Essas formulações respondem à pergunta feita no teste, apontando o uso de raciocínio inferencial, relacionando o efeito cognitivo positivo pela capacidade de estabelecer parâmetros entre as quantidades envolvidas nas variáveis citadas: o aumento do desmatamento (quantidade menor de árvores) gera ‘problemas’ para as árvores (os quais não são explicitados, mas permitem uma interpretação em que a quantidade de árvores é afetada); a morte de muitas pessoas (diminuição no número de pessoas) pode ser analisada como

um prejuízo causado pelo desmatamento aos povos indígenas; igualmente, a diminuição na quantidade de árvores leva à diminuição da quantidade de comida, o que prejudica os povos da floresta, considerando-se que eles tiram o alimento da floresta, pela caça e pela coleta; relação idêntica é obtida em relação aos medicamentos, uma vez que existe o entendimento de que os povos da floresta os produzem e deles usufruem.

Os resultados obtidos, em que se verificam ambos os tipos de conclusões, indicam que o processo de ensino e aprendizagem produziu um efeito cognitivo positivo, dado o pressuposto de que os conceitos formulados por meio do raciocínio lógico-dedutivo modificam e melhoram a representação do mundo. Conforme mencionado, assumimos como hipótese de trabalho que a estrutura conceitual dos enunciados apresenta correlatos estruturais, que se manifestam por meio de categorias formais da gramática da língua-alvo responsáveis pelos mecanismos de coesão, como o uso de conectivos codificadores da parataxe e da hipotaxe, assim como de categorias gramaticais codificadoras da estrutura argumental dos predicados utilizados para descrever as situações.

Na próxima seção, examinamos a relação entre a formulação dos enunciados e o uso de categorias formais da gramática, considerando, em particular, a expressão sintática da estrutura argumental e a codificação do argumento beneficiário/dativo.

3. Complexidade estrutural e a expressão do dativo

O complemento dativo, tradicionalmente referido como objeto indireto, é o complemento associado ao papel semântico meta/beneficiário.⁵ Nesta seção, analisaremos as características deste complemento em duas línguas: o Português do Brasil (PB) e a Libras (Língua Brasileira de Sinais). Em particular, adotamos a hipótese de que a expressão sintática da estrutura argumental é determinada na estrutura da Gramática Universal por meio de uma representação baseada nas propriedades do predicado projetadas pelas categorias lexicais (conforme HALE; KEYSER, 1993).

Na abordagem da gramática tradicional, o complemento dativo, no português, é associado crucialmente ao traço semântico [+animado], podendo ocorrer com verbos monotransitivos (cf. 11) e, principalmente, com verbos

⁵ Há construções em que o dativo também apresenta papel semântico de 'fonte'. O rótulo de 'beneficiário' admite seu antônimo: malefício. Exemplos com esses casos serão mostrados ao longo do texto.

bitransitivos (cf. 12) (CUNHA; CINTRA 1985/2001; MATEUS et al., 1985/2003):⁶

- (11) Ele obedece ao pai.
- (12) Ele entregou a tarefa ao professor.

É introduzido pelas preposições ‘a’ e ‘para’ (embora no PB haja preferência pelo uso generalizado da preposição ‘para’) [cf. (11a) e (12a)]; a essa característica vem somar-se a possibilidade de substituição, na 3ª pessoa, pelo clítico ‘lhe’ (contrastivamente à 1ª e à 2ª pessoa, que não têm forma pronominal exclusiva para o pronome dativo), particularmente no Português Europeu (PE), enquanto no PB, o pronome é realizado na estrutura preposicionada (cf. 11b e 12b/b’) (cf. TORRES- MORAIS, 2006).

- (11) a. O menino obedece ao pai.
b. O menino lhe obedece.
- (12) a. O menino entregou a tarefa ao professor.
b. O menino entregou-lhe a tarefa.
b'. O menino entregou a tarefa para ele.

Torres Morais (2012) observa que o complemento dativo pode ser realizado com diferentes tipos de verbos: verbos de atividade direcional/transferência [cf. (13) e (14)], verbos de criação/ construção [cf. (15)], verbos dinâmicos de atividade não direcional [cf. (16)] e predicados estativos [cf. (17)]:

- (13) O João deu um livro ao Pedro.
- (14) O João comprou este carro antigo a um famoso colecionador.
- (15) O Pedro preparou um jantar fantástico aos pais.
- (16) A mãe lavou o cabelo ao filho.
- (17) O professor elogiou as provas aos estudantes.

Nessas construções, apenas o exemplo (14) apresenta dativo com papel semântico de ‘fonte’, sendo os demais representados como meta/beneficiários. Observa-se, ainda, que as construções (14), (16) e (17) são

⁶ As fontes bibliográficas sobre a categoria dativo são inesgotáveis, pois remontam aos estudos da gramática tradicional, e se estendem às teorias sintáticas formuladas no âmbito da linguística moderna. Não é possível fazer a revisão desses estudos, mas faremos referência a estudos representativos nas diferentes abordagens, à medida que se mostrarem relevantes para a presente discussão.

típicas do Português Europeu. No PB, essas sentenças não apresentam complemento dativo, pois não é possível a pronominalização com o clítico ‘lhe’, nem a alternância entre ‘a’ e ‘para’. Diante disso, em alguns casos, a estrutura com a preposição ‘a’ é substituída pela estrutura com a preposição ‘de’ [cf. (14’), (16’) e (17’)]:

(14’) O João comprou este carro antigo de um famoso colecionador.

(16’) A mãe lavou o cabelo do filho.

(17’) O professor elogiou as provas dos estudantes.

Essas estruturas, portanto, não correspondem a argumentos dativos no PB. De acordo com Bispo & Salles (2005), o argumento ‘meta’ tem de ser realizado pelo complemento dativo; sendo assim, a função genitiva não pode ser usada para realizar o dativo. Assim, em (14’), (16’), o argumento não é interpretado como ‘meta’, sendo respectivamente, ‘fonte’ e ‘possuidor’. As autoras confirmam essa afirmação ao analisarem as nominalizações. No PB, na nominalização do dativo, o argumento meta é obrigatoriamente introduzido pela preposição ‘a’ ou ‘para’, não sendo possível a sua realização sintática na estrutura genitiva (iniciada pela preposição ‘de’). Assim, em (18), o argumento ‘João’ não é interpretado como ‘meta’, mas como ‘agente’; em oposição a (19), em que a interpretação do argumento ‘João’ é como ‘meta’:

(18) A solicitação do João_{agente} não foi atendida. [= João_{agente} solicitou isso].

(19) A solicitação ao/ para o João_{meta} [=Alguém solicitou ao João_{meta}]

Conclui-se que, no PB, há preferência pela preposição ‘para’, usada nas estruturas com verbos de transferência (GOMES, 2003; TORRES-MORAIS, 2012), por um lado, e substituição da preposição ‘a’ pela preposição ‘de’ nas construções em que está presente a interpretação de posse, por outro. Os estudos demonstram que a preposição ‘a’ ocorre como categoria marcadora de Caso (cf. CHOMSKY, 1986), havendo, portanto, menos restrição ao seu uso, o que explica que seja encontrada uniformemente nos contextos de (13) a (17). Já a preposição ‘para’ apresenta mais restrição em sua distribuição, o que permite estabelecer uma relação composicional com o verbo como introdutora do argumento meta.

Essa discussão adquire relevância para a caracterização do *input* linguístico a que tem acesso o aprendiz surdo, uma vez que o presente estudo

tem como referência o PB (e não o PE), ficando assim definidas, de forma sucinta, as características da categoria dativo nessa língua. Tendo em vista a hipótese da influência da L1 na interlíngua (cf. WHITE, 2003), passamos a considerar as características dessa categoria em Libras.

Em Libras, partimos do pressuposto de que o complemento dativo está associado a verbos que apresentam concordância. De acordo com Quadros & Karnopp (2004), os verbos nas línguas de sinais são divididos em verbos sem concordância e verbos com concordância. Os verbos com concordância em Libras (cf. 20) são caracterizados por apresentarem o movimento na estrutura do sinal associado à realização da concordância na estrutura oracional: a trajetória do sinal é iniciada no ponto correspondente à função de sujeito, finalizando no ponto que corresponde à função de objeto.⁷ Nessas construções, os argumentos (sujeito e objeto) são nulos. Já os verbos simples (cf. 21) não apresentam movimento associado às funções sintáticas da oração. São realizados no espaço neutro ou ancorados no corpo e devem ter o sujeito (e o objeto) sintaticamente marcado/expresso.

(20) _{1S}.PERGUNTAR._{2S} ‘Eu pergunto para você.’

(21) EU GOSTAR VOCÊ. ‘Eu gosto de você.’

Meir (2002) argumenta que o complemento dativo está presente nas sentenças de verbos com concordância. De fato, as características do objeto indireto em português também estão presentes nos complementos de verbos com concordância em Libras. Primeiramente, os verbos com concordância em Libras são verbos do tipo transferência/atividade direcional, cujo argumento é interpretado como ‘meta’. Além disso, os complementos também ocorrem com verbos monotransitivos ou bitransitivos (cf. 22 e 23):

(22) _{1S}.TELEFONAR._{2S} ‘Eu telefonei para você.’

(23) _{1S}.ENTREGAR._{2S} LIVRO ‘Eu entreguei o livro para você.’

Por fim, os verbos com concordância apresentam o movimento direcional, que é o movimento que o verbo realiza do sujeito ao objeto, marcando, assim, a concordância. Meir (2002) considera que esse movimento é um morfema direcional (DIR) que denota relações espaciais, semelhante às preposições. DIR é responsável por marcar o papel temático dos argumentos: o ponto inicial é marcado como ‘fonte’, enquanto o ponto final do movimento tem o papel semântico de ‘meta’.

⁷ No caso de verbos reversos, o movimento é oposto: do objeto ao sujeito.

Assumiremos, portanto, que o complemento dativo está presente nos verbos com concordância em Libras. Entretanto, há casos em que o verbo com concordância em Libras corresponde a um verbo em português que seleciona o complemento acusativo – isto é, são verbos transitivos diretos (cf. 24). Do mesmo modo, há verbos simples em Libras, que, em português, selecionam complemento dativo (cf. 25):

(24) _{1s}AJUDAR_{3s} ‘Eu ajudei ele.’

(25) _{1s}EXPLICAR_{3s} ‘Eu expliquei para ele.’

Nesse sentido, em ambas as línguas o argumento dativo é entendido como beneficiário, podendo ocorrer com verbos monotransitivos ou bitransitivos. No caso específico de verbos bitransitivos, apesar de o complemento dativo ser um argumento do verbo, sua realização é opcional, já que pode ficar implícito. Portanto, a presença do complemento dativo é considerada adicional, por acrescentar informação à estrutura do predicado.

Na subseção seguinte, examinamos as sentenças que apresentam os complementos dativos, conforme eliciados na atividade semi-estruturada proposta. Em muitos casos, o enunciado vai além da informação básica do verbo, por meio do complemento beneficiário.

3.1 A expressão do dativo nos enunciados da interlíngua

Nesta subseção, examinamos como a categoria dativo se manifesta na interlíngua do surdo aprendiz de português L2. A intenção é verificar se o argumento ‘meta’ ocorre na estrutura dos enunciados, e ainda se é realizado na estrutura do sintagma preposicional (primordialmente) pela preposição ‘para’, conforme previsto na gramática da língua-alvo. Para tanto, as atividades de produção escrita propostas foram formuladas no sentido de eliciar o uso de verbos de transferência (material e cognitiva), em que o argumento beneficiário está incluído na estrutura argumental do predicado.

A análise nos permite observar que o surdo compreende a função argumental de ‘meta’/‘beneficiário’, e sua relação com os verbos de transferência (material ou cognitiva) e com a categoria preposicional, particularmente a preposição ‘para’. Ainda que, em vários enunciados, a preposição introdutora dessa categoria no português não seja utilizada de forma convergente, ou ainda que haja enunciados em que a preposição não seja utilizada, verificou-se uma tendência de esse argumento ser incluído na estrutura dos enunciados produzidos (cf. MESQUITA; SALLES, 2010; SANTANA, 2015).

A análise está dividida em três blocos. No primeiro, analisamos os verbos do português que selecionam a preposição na codificação do dativo, buscando estabelecer uma correspondência com os verbos com concordância em Libras. No segundo bloco, temos os verbos do português que selecionam o dativo, mas são verbos simples em Libras. Por último, examinaremos os verbos que não selecionam o dativo no PB, mas são verbos com concordância em Libras.

I. Verbo com preposição no PB – Verbo com concordância em Libras

Conforme explanado na seção anterior, vimos que os argumentos com papel semântico de beneficiário estão presentes, em Libras, nos verbos classificados como ‘verbos com concordância’. Assumimos, portanto, que esses verbos selecionam complemento dativo. Na análise da interlíngua, observamos três ocorrências distintas do complemento do verbo ‘informar’ (cf, 26, 27 e 28):

(26) A TV informar para a população. (AS,3)

(27) Informar também povo muito mais. (MP, 2)

(28) Informar esta pessoa que vida. (GO, 2)

Em (26), o verbo seleciona um complemento dativo preposicionado, introduzido pela preposição ‘para’. Em (27) e em (28), o argumento beneficiário ‘povo’ não ocorre preposicionado. Entretanto, analisando as propriedades do verbo ‘informar’, percebe-se que esse verbo admite alternância de regência em português: o complemento beneficiário pode ocorrer introduzido pela preposição codificadora do complemento dativo (cf. 29) ou sem preposição, como um complemento acusativo (cf. 30):

(29) Informar ao povo [algo] (...)

(30) Informar o povo [sobre algo].

Percebe-se, portanto, que, nos três exemplos da interlíngua, o argumento dativo está realizado na estrutura do predicado (com ou sem preposição). Uma hipótese para essa ocorrência pode ser a influência da Libras. Como ‘informar’ é um verbo com concordância, a hipótese de trabalho é a de que existe uma tendência para a realização do argumento dativo na estrutura do predicado.

II. Verbo com preposição no PB – Verbo simples em Libras

Conforme visto anteriormente, há verbos que selecionam a estrutura com o dativo preposicionado em PB, mas não correspondem a verbos com concordância em Libras. Os dados da interlíngua apresentam predicados em que o argumento beneficiário permanece implícito e, quando ocorre, verifica-se o uso variável da estrutura com e sem preposição, conforme ilustrado a seguir:

(31) A professora explicava computador na internet. (AS, 3)

(32) Eu vou dizer para os jornalistas. (SC, 3)

(33) Eu vou dizer __ os indígenas. (SC, 3)

Assim como o verbo ‘informar’, o verbo ‘dizer’ e ‘explicar’ também apresentam dois argumentos internos: tema (o que é dito/explicado) e meta (a quem é dito/explicado). Entretanto, diferentemente do verbo ‘informar’, em Libras, FALAR e EXPLICAR não são verbos do tipo ‘com concordância’. Consideramos que a opcionalidade nas estruturas encontradas pode ser uma interferência da L1, uma vez que, nesses verbos, o argumento meta não está obrigatoriamente expresso na estrutura do sinal, conforme se observa nos verbos com concordância em Libras.

Em relação ao uso da preposição prevista na língua-alvo, supõe-se que, em (31), existe influência da L1, já que a preposição está ausente, e o verbo correspondente em Libras é um verbo simples – ou seja, a função argumental de beneficiário não é realizada na estrutura formal do verbo de concordância. Em (32) e (33), o argumento é realizado sintaticamente: Em (33), sem o uso da preposição; já em (32), com a preposição ‘para’, convergente com a língua alvo. Nesse caso, pode-se dizer que houve desenvolvimento linguístico, já que o aprendiz apresenta uma estrutura que não está disponível na L1.

III. Verbo sem preposição no PB – Verbo com concordância em Libras

Por fim, analisamos os casos em que o verbo em português não seleciona o argumento beneficiário e, portanto, a estrutura preposicionada do dativo não está disponível na língua, mas o verbo correspondente em Libras é do tipo com concordância. Observa-se que existe opcionalidade na realização sintática da estrutura argumental do predicado, uma vez que são encontradas as seguintes possibilidades: (i) o argumento interpretado como meta/beneficiário é introduzido por uma preposição (embora não seja conver-

gente com a semântica da ‘meta’) (cf. 34); (ii) o argumento não é introduzido por preposição (cf. 35); (iii) o argumento é introduzido pela preposição ‘para’ – não convergente em relação à língua-alvo, mas compatível com a semântica da transferência realizada na estrutura do verbo com concordância em Libras (cf. 36; 37; 38):

- (34) A chuva provoca da árvore. (SM, 2)
- (35) Eu vou ajudar o Ka’apor. (SC, 3)
- (36) O tribos ajudaram para guerreiros Ka’apor. (AS, 3)
- (37) A menina provocar para a amiga. (AL, 3)
- (38) As alunos influencia para amigo que um coisa rouba. (AS, 3)

Os dados em (36) a (38) são particularmente interessantes, pois mostram a interferência de Libras na aquisição do português. O movimento direcional, que indica o argumento meta (conforme descrito em Meir, 2002), é realizado na interlíngua com a preposição ‘para’. De fato, essa ocorrência é observada nos exemplos com os verbos ‘ajudar’, ‘provocar’ e ‘influenciar’ (cf. 36, 37 e 38). Esses três verbos selecionam, em português, o complemento acusativo (‘ajudar os guerreiros’, ‘provocar a amiga’, ‘influenciar o amigo’), mas seu argumento interno é interpretado como meta pelo falante surdo, o que está de acordo com a realização sintática do argumento interno na estrutura do verbo com concordância em Libras.

Com relação ao verbo ‘ajudar’ especificamente, observa-se que este verbo apresenta características análogas a verbos que selecionam dativos. Cabe neste ponto retomar a análise de Bispo, Salles (2005), em que é destacada a possibilidade de ocorrer o clítico ‘lhe’ (cf. 39), o que está de acordo com a escolha da preposição na estrutura da nominalização do verbo ‘ajudar’, em que ocorre a preposição codificadora do dativo (cf. 40 e 41):

- (39) O pai lhe_{meta} ajudou. [= O pai ajudou o filho_{meta}]
- (40) A ajuda do filho_{agente}. [O filho_{agente} ajuda]
- (41) A ajuda ao/ para o filho_{meta}.

Como exemplificado na seção anterior, a nominalização do argumento meta no PB não aceita a estrutura genitiva, devendo o argumento ocorrer com a preposição ‘a’ ou ‘para’ (cf. 18 e 19 repetidos abaixo, como 42 e 43):

- (42) A solicitação do João não foi atendida. [= João solicitou]

(43) A solicitação ao João não foi atendida. [=Alguém solicitou ao João]

Portanto, é possível demonstrar que, no PB, o complemento desse verbo pode ser interpretado como argumento ‘meta’, o que explica que seja realizado como complemento dativo ou acusativo na interlíngua.

4. Considerações finais

No presente estudo, foram analisados enunciados da interlíngua de surdos usuários de Libras (L1) e aprendizes do português (escrito) (L2), produzidos em contexto educacional voltado para a análise de fenômenos biológicos caracterizados por relações de causa e efeito. Os enunciados foram investigados do ponto de vista da presença do raciocínio inferencial, por meio da distinção entre conclusões triviais e não-triviais, em sendo estas (e não aquelas) associadas à capacidade de melhorar o conhecimento do mundo, indicando um efeito cognitivo positivo, conforme postulado na Teoria da Relevância. Foi constatada a presença de ambos os tipos de conclusão nos enunciados da interlíngua examinados, o que permitiu concluir que a informação fornecida no evento educacional mostrou-se relevante, produzindo um efeito cognitivo positivo.

Buscou-se ainda investigar a hipótese de que a capacidade de formular conclusões válidas é função da capacidade de utilizar categorias formais da gramática da língua-alvo, consideradas do ponto de vista da complexidade estrutural. Nesse sentido, investigou-se a manifestação da categoria dativo, e sua realização sintática na estrutura do sintagma preposicional. Verificou-se que o argumento interpretado como ‘meta’ é identificado nos enunciados da interlíngua, havendo variação entre o uso e a ausência da preposição, o que pode ser convergente ou não com o português (L2). Verificou-se ainda que o uso da preposição (convergente ou não) ou ainda a ausência da preposição pode ser determinada pelo tipo semântico do verbo – de transferência (material e cognitiva) –, por um lado, ou pelo tipo de verbo na L1 (Libras) – verbo simples ou verbo com concordância.

Espera-se, por meio desta discussão, contribuir para o desenvolvimento de um programa de pesquisa voltado para a análise dos enunciados da interlíngua em termos da hipótese de que a formação do sentido é função do desenvolvimento das estruturas gramaticais da L2 (sem ignorar o papel das estruturas lexicais e de seus correlatos cognitivos). A análise confirma ainda a

importância da língua de sinais, da educação formal bilíngue e do uso da pedagogia visual na abordagem e formulação dos conceitos, bem como da necessidade de uma metodologia adequada à produção dos enunciados que permitem a avaliação do processo de interpretação e compreensão dos conteúdos educacionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. B. *Raciocínio qualitativo e desenvolvimento do raciocínio hipotético-dedutivo: uma proposta para alunos surdos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências/Universidade de Brasília, 2015.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 42ª edição. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BISPO, K.; SALLES, H. Estudo comparativo do dativo no português brasileiro e em línguas românicas e germânicas. *Estudos Linguísticos* XXXIV, 2005, p. 1343-1348.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. London: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- FERNANDES, E. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre: ArtMed, 2003.
- FERREIRA BRITO, L. *Por uma gramática da língua de sinais brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, RJ, 1995.
- FORBUS, K. D. Qualitative process theory. *Artificial Intelligence*, 24, p. 85-168, 1984.
- GOMES, C. A. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (eds.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003, p. 81-96.
- GRICE, P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Orgs.). *Syntax and Semantics 3: speech acts*. Nova Iorque: Academic Press, 1975.
- HALE, K.; KEYSER, S. J. On argument structure and the lexicon expression of syntactic relations. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.). *The view from building 20*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1993, p. 53-110.
- LIMA-SALLES, H. et al. (2004) Qualitative Reasoning in the education of deaf students: scientific education and acquisition of Portuguese as a second language. In: FORBUS, K.; DE KLEER, J. (eds.) *Proceedings of the 18th International Workshop on Qualitative Reasoning (QR'04)*, Evanston, Illinois, p. 97-104, 2004.
- LIMA-SALLES, H. M. L. et al. Formulação de inferências e propriedades da interlíngua de surdos na aquisição de português (escrito). In: SALLES, H. M. L. *Bilinguismo dos surdos. Questões linguísticas e educacionais*. Goiânia: Cãnone, p. XX, 2007
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5ª Edição. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

- MEIR, I. A cross-modality perspective on verb agreement. *Natural Language and Linguistic Theory* 20: Kluwer Academic Publishers. Netherlands, p. 413-450, 2002.
- MESQUITA, A. C.; SALLES, H. M. L. Preposições na língua de sinais brasileira e na interlíngua de surdos aprendizes de português L2. In: SALLES, H.; NAVES, R. *Estudos gerativos da Língua de Sinais Brasileira e de aquisição de português (L2) por surdos*. Goiânia: Cânone, 2010.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SANTANA, L. *Aquisição da categoria preposicional do português escrito por surdos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Linguística/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.
- SALLES, H. *et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: SEESP/Ministério da Educação, 2003.
- SILVEIRA, J. R. C.; FELTES, H. P. M. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância e outros ensaios*. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1995 [1st ed.1986].
- TORRES MORAIS, M. A. Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *ABRALIN* 5. p. 239-266, 2006..
- TORRES MORAIS, M. A. Sentenças Bitransitivas e Objeto Indireto no Português Brasileiro. *Linha d'Água*, n. 25 (2), 2012, p. 25-50.